



**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Educação, atendendo ao Requerimento nº 458, de 2018, de minha autoria, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, para discutir o tema *Educação Midiática*.

Convido para compor a Mesa os nossos convidados: Profa. Alice Carraturi, Diretora de Formação e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação Básica — SEB/MEC (*palmas*); Sr. Claudemir Edson Viana, professor do curso de Licenciatura em Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo ECA/USP (*palmas*); Sra. Karla Skeff, Oficial de Projeto do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO (*palmas*); e a Sra. Patricia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta (*palmas*).

Agradeço a presença de todos.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito a todos que forem usar a palavra que utilizem o microfone.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: cada expositor terá o prazo de 20 minutos para a sua exposição, não podendo ser aparteado; o debate será aberto após a última palestra, e as perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo aos Parlamentares que a lista de inscrição para os debates se encontra na nossa mesa de apoio. Solicito aos Deputados interessados em interpelar os palestrantes que se inscrevam previamente.

Vamos passar à exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Claudemir Edson Viana, professor do curso de Licenciatura em Educomunicação na USP, pelo tempo de 20 minutos.

**O SR. CLAUDEMIR EDSON VIANA** - Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, agradeço o convite à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Fico feliz em encontrar colegas para esta discussão sobre educação midiática. Já conhecia a Alice Carraturi e a Patricia Blanco e agora também conheci a Karla, além da Deputada. Espero que nós possamos, então, desenvolver aqui algumas reflexões a respeito do tema.



Agradeço o convite também em nome dos colegas professores e pesquisadores da universidade de onde venho, a Universidade de São Paulo, especialmente da Escola de Comunicações e Artes, onde nós, há 8 anos, temos uma licenciatura inédita e inovadora no País, a licenciatura em educomunicação. Trata-se de uma formação superior para profissionais atuarem nessa interface da comunicação-educação.

Vejam bem, isso significa que, para nós, esse tema é extremamente importante já há algum tempo, em decorrência de uma longa história de pesquisas e projetos culturais de divulgação científica que aquela universidade, especialmente a Escola de Comunicações e Artes, já acumulou em mais de 30 anos dedicados a estudos, cursos e divulgação sobre essa interface comunicação-educação.

Então, para nós, os estudos dessa interface têm uma importância grande para os desdobramentos que a sociedade requer sobre esse conhecimento, como, por exemplo, a formação de profissionais que vão se aprofundar a respeito dessa interface comunicação-educação, fazendo parte de um movimento que não é só do Brasil, mas mundial, e que já existe há bastante tempo. A ONU e a UNESCO também estão envolvidas nesse movimento, que, no mundo, preocupa-se em educar as pessoas para um uso mais crítico, consciente, coletivo e colaborativo das tecnologias de informação e comunicação.

A preocupação é decorrente também de um movimento que é social e cultural no Brasil, de uma penetração forte e intensa das tecnologias, do conteúdo midiático, sem que a escola tenha se dado conta da importância de essa cultura midiática estar presente também no seu cotidiano.

Então, depois de muitos anos dedicados a pesquisas, lá na Universidade de São Paulo, no Departamento de Comunicações e Artes, conseguimos em 2011 iniciar essa formação inédita, que é a da licenciatura em educomunicação.

O profissional em educomunicação visa a atuar nas escolas, não numa disciplina, porque entendemos que a educação midiática é transversal. A comunicação é transversal a todas as práticas educativas, e não só as formais, mas também as não-formais e informais. Por ser a comunicação uma prática social presente no cotidiano de todos, ela vai para além das tecnologias e para além das mídias, embora esses dois aspectos sejam também centrais e importantes para entendermos a comunicação.

Nesse sentido, no departamento pudemos criar esse conceito para identificar um fenômeno social, que é esse da interface comunicação-educação, a partir de uma pesquisa



importante que foi feita por nós, através do Núcleo de Comunicação e Educação, nos anos finais da década de 1990.

Em 1999, como resultado dessa pesquisa, que envolveu 176 profissionais de 12 países da América Latina, identificou-se que muitos desses profissionais atuavam em projetos na escola e fora da escola, em outros contextos, utilizando a produção midiática e as práticas comunicativas como meio de desenvolver inúmeras habilidades, não só aquelas de uso da manipulação das técnicas e de suas linguagens presentes na mídia ou na tecnologia utilizada, mas também aquelas para desenvolver a capacidade de um uso social, responsável, crítico e consciente daqueles recursos, assim como de produção de mensagens midiáticas pelos sujeitos, de maneira a ampliar a compreensão desses sujeitos sobre como se dão os processos comunicacionais nessa sociedade, sobretudo, tão mediada pelas tecnologias. Entende-se, assim, que se dá uma formação para uma cidadania ativa, responsável e consciente desse sujeito por meio também dessas tecnologias e da sua produção comunicacional.

Ainda mais neste contexto em que nós estamos hoje, no qual o acesso às tecnologias permite a qualquer sujeito se tornar também um emissor, é fundamental que, ao se tornar um produtor de mensagem, esse emissor saiba a responsabilidade que ele assume, como faz isso, para que faz isso, com que fins e com que objetivos.

Aí vêm, então, aquelas competências e habilidades que envolvem essa consciência sobre a sua cidadania, tanto em termos de direitos — direito a comunicar-se, conforme está no art.19 da Declaração — como em termos de responsabilidade ao se comunicar, utilizando isso não só para o benefício individual, por se tornar um cidadão mais capaz e atuante, mas também para o benefício da coletividade, atuando de forma participativa, em razão do interesse do grupo ao qual pertence, defendendo, assim, a diversidade das falas, observando de onde falam esses grupos e o que eles falam a respeito do mundo e a respeito de si.

A educação preza por uma formação do cidadão que o torne capaz de ler, entender e problematizar o mundo, questionando sempre. É essa a formação humanística que nós defendemos. Faz parte de ler este mundo não só saber ler o conteúdo midiático nas suas diversidades de linguagens, de conteúdos, de abordagens e de vertentes, mas também se ver como um sujeito que integra essa rede comunicacional, que não se restringe aos meios,



nem mesmo aos grandes veículos de comunicação. É uma prática cotidiana de todo cidadão, de todo sujeito, integrar essa produção de comunicação presente na nossa cultura.

Entender a educação a partir dos processos comunicacionais traz para nós um aspecto um pouco específico e inovador na formação do profissional da licenciatura em educomunicação. Há que se entender a educação a partir da cultura presente no cotidiano e na prática das pessoas, observando como a produção comunicacional dessas pessoas, a partir dessa cultura, não só faz parte da sua atuação como sujeito, mas também serve como um meio para que ele possa ampliar esses conhecimentos, um meio de ele atuar de forma mais significativa nesse cotidiano, um meio de ele expressar as suas ideias e de reinterpretar, ler e interpretar este mundo, que também é constituído pelas mensagens midiáticas.

No ponto em que estamos atualmente, entendemos que a educação midiática visa a tornar o sujeito capaz de uma leitura crítica dessas mensagens e dos usos feitos dessas tecnologias de informação e comunicação, além de torná-lo capaz de uma atuação mais significativa, mais incisiva na sociedade, ao saber utilizar melhor essas oportunidades que as tecnologias e as mídias dão a todos nós hoje em dia.

Hoje, não são só os grandes canais de comunicação que dominam, por exemplo, a produção que pode levar a um processo educativo. Hoje, os sujeitos, organizados ou não em grupos, têm acesso a tecnologias que permitem a eles facilmente se comunicarem e que, portanto, trazem o potencial de educar outras pessoas, não só quem participou ou participa desse processo comunicacional, no caso de um grupo ou de um indivíduo, mas também quem tem depois acesso a esse material e faz uso dele.

A partir disso, entendemos a importância de haver um educador promovendo processos de educação midiática, porque percebemos que esse conhecimento crítico não advém só de uma mensagem e do seu conteúdo, mas resulta também de um processo de mediação a ser desenvolvido pelos contextos educativos.

É por isso que, no meu ponto de vista e no ponto de vista da educomunicação, a educação midiática precisa, sim, estar presente no processo educativo, e não restrita a uma disciplina, até porque a comunicação é algo transversal a todo o processo educativo o tempo todo, não só dentro da escola, e, portanto, pode ser um processo educativo a ser explorado por todos os professores, não necessariamente o de uma matéria específica.



Nós formamos profissionais da educomunicação sem haver no currículo uma disciplina. Não é isso que entendemos que deve existir. Entendemos que esse profissional pode atuar na escola através de projetos, pela pedagogia de projetos, inclusive se aproveitando de oportunidades que a própria política pública da educação promove, como a educação integral, o Programa Mais Educação e outros similares, não só da rede federal, mas das redes municipais, estaduais. Nós temos vários exemplos que podem ser dados aqui de programas que oferecem a oportunidade de promover uma educação midiática, uma educação para a comunicação, nos contextos escolares, independentemente de haver uma disciplina.

Por outro lado, exigem-se justamente profissionais que deem apoio a esse processo, como os formados na licenciatura em educomunicação. Um dos aspectos do perfil desse profissional é justamente a capacidade de subsidiar a escola e os profissionais da educação nesse processo de explorar as práticas comunicativas na escola como meio de desenvolver diversos conhecimentos, habilidades.

O sujeito se torna capaz de não só dominar a técnica e a linguagem e de fazer uma leitura daquele conteúdo, por entender um pouco melhor como ele foi estruturado em termos de linguagens, elementos e contexto e por entender como se dá a circulação da informação e do conhecimento nessa nossa sociedade justamente chamada de sociedade do conhecimento, mas também de fazer uma produção midiática, uma produção comunicativa, que tenha um potencial educativo, que tenha um potencial de democracia e transformação social maior.

O conteúdo midiático não deve ser usado e consumido meramente por esse profissional, mas tem que ser explorado pelos profissionais da educação como uma oportunidade de eles, educando, se sentirem pertencentes ao processo educativo.

A cultura midiática à qual o sujeito tem acesso se torna não só um objeto, mas um meio de educação formal ou não formal em que ele vai ter a oportunidade não só de refletir a respeito do que está na educação hegemônica, mas também de exercitar, praticar essa produção comunicacional e midiática de diversas maneiras, cada vez de forma mais aprofundada, de modo que ele saia desse processo empoderado, no sentido de ser capaz de se expressar de forma mais clara, mais objetiva, de saber se expressar de acordo com cada contexto, a serviço de um objetivo mais amplo, maior, seja em que nível for, social,



político ou cultural, e de se tornar um cidadão mais ativo e atuante de maneira mais consciente sobre o que é o ato da comunicação.

O ato da comunicação é um direito, mas implica uma série de responsabilidades. E isso, pelo menos a evolução no sentido de ter essa consciência e usá-la em benefício da sociedade, não vem naturalmente. Se isso não passa por um processo educativo, a tendência é as pessoas — os sujeitos todos, não só os educandos da escola — reproduzirem o que já é uma prática comum na sociedade e não terem essa capacidade de se perguntar, refletir, buscar entender melhor como se dão esses processos comunicacionais na sociedade, no dia a dia.

Portanto, entende-se, realmente, que a educação para a comunicação ou a educação midiática é um tipo de conhecimento que precisa ser explorado, qualificado, num ambiente de ensino, como a escola, e que pode ser dado de diversas maneiras: por meio de projetos de intervenção e projetos inter e multidisciplinares, por meio de oficinas, por meio de produções com a comunidade.

Concluindo, nós do Departamento de Comunicações e Artes temos uma produção científica muito voltada a isso, além de termos parcerias com outras instituições, como a ONU, a UNESCO, em projetos que buscam não só a divulgação desse conhecimento, mas também a criação de cursos e outros tipos de oportunidade para os profissionais da educação, da comunicação e de outras áreas tomarem ciência desse conhecimento e se apropriarem dele de maneira a qualificarem as suas ações como profissionais.

Nesse caso, o profissional da educomunicação entende que, além de pensar, refletir, utilizar as tecnologias e as mídias em si, com os seus elementos, como linguagens, códigos e conteúdos, é preciso entender algo mais amplo, em que estão inseridos esses aspectos: a comunicação.

A comunicação se dá entre as pessoas. Então, mesmo quando não se usa a tecnologia, numa relação interpessoal, a comunicação é algo que precisa ser cuidado pelo cidadão e que merece ser ensinado na formação desse cidadão. É preciso educar para uma comunicação mais respeitosa, por exemplo. Conseguir ouvir o outro, entender o outro, desenvolver a capacidade de alteridade são qualidades que não se dão naturalmente, não no sentido de uma educação humanística. Portanto, isso deve ser o objeto desse profissional e dessa instituição de educação, para que o cidadão consiga ter essas habilidades, esses adjetivos, essas qualidades, como comunicador no dia a dia.



Então, eu imagino, Deputada Professora Dorinha, que esse tema é extremamente importante até para que a escola consiga entender qual é o papel dela nesse processo comunicacional, que é cultural, mas que requer uma educação para uma prática comunicacional mais cidadã, democrática, pluralista, horizontal, e não somente para uma prática comunicacional mercadológica, em que aquele modelo tradicional de emissor levando ao receptor apenas o papel de consumidor nunca serviu e serve cada vez menos como modelo teórico para entender a relação do sujeito com a sociedade por meio de sua prática comunicacional, ainda mais no contexto em que estamos hoje, de Internet, de produção multimídia por parte dos sujeitos.

Essa é uma prática que requer qualificação, não só técnica, mas também em termos de consciência do que é aquilo e do papel que o sujeito tem na sociedade ao produzir vários materiais e disponibilizá-los para muitos na Internet. Eu acho que isso justifica a importância dessa temática.

Nós temos que procurar levar às escolas, aos professores, sugestões de como tornar a mídia não um inimigo da escola, mas, pelo contrário, um conteúdo de que a escola precisa dar conta de alguma maneira, no sentido de levar o sujeito a entender o que representa essa mídia, essa tecnologia e, mais do que isso, o uso que se faz ou não dessa tecnologia e dessa mídia disponível.

Eu concluo por aqui.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Eu agradeço ao Prof. Claudemir pela contribuição.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, eu gostaria de lembrar que nós estamos discutindo um tema que tem uma referência extremamente importante quando nós olhamos a lógica do espaço da escola da educação básica — milhões de brasileiros frequentam escolas no Acre, Tocantins, São Paulo — e as informações que chegam a ela do ponto de vista formal, assim como as que não chegam formalmente. Esse instrumento está na mão de todos, mesmo dentro de uma aldeia indígena. Muitos professores e diretores de escola estão conversando o tempo todo sobre os fatos, os acontecimentos.

Então, este tema é importante quando nós pensamos não só nessa produção formal do conteúdo, do espaço da comunicação, mas também no instrumento que está à disposição. Todo mundo é ao mesmo tempo produtor e consumidor do conhecimento.





Eu fui Secretária de Educação no Tocantins, e, em 2007 ou 2008, se não me engano, a gente trabalhou com um piloto do Projeto Um Computador por Aluno — UCA. Nas escolas que serviram de piloto isso mudou a relação. Imaginem uma sala de aula tradicional, ainda com cada um sentadinho do lado do outro, mas com cada aluno portando um *notebook*, com o poder da comunicação em sua mão. O professor tradicionalmente trabalhava com o livro didático, o que lhe dava um certo conforto para preparar sua aula, organizar-se. De repente, estavam todos com um computador na mão, o que permitia que estivessem em tempo real confrontando o professor na relação tradicional do conhecimento.

A escola sofreu muitas mudanças e sentiu a necessidade de se organizar no seu currículo, de mudar a relação professor-aluno. Alguns professores novos em termos de idade, que deveriam ter até mais facilidade de lidar com a mídia e com o conteúdo, se fecharam nessa insegurança, enquanto às vezes professores que sequer tinham ideia do que era a Internet abriam-se com a comunicação para um novo desenho de construção de conhecimento.

E o que aconteceu naquelas escolas a partir disso? Como é que cada um reagiu diante da riqueza da produção do conhecimento ao se poder levar o computador para casa? Muitas famílias muito pobres não tinham acesso. De repente, o *notebook* chegava à sua casa com acesso, e o pai e a mãe muitas vezes queriam ficar mais tempo com o computador do que os seus filhos, naquela riqueza. Isso foi 10 anos atrás.

Hoje, nós temos que lidar com desafios como a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, a formação de professores. Eu quero que o professor, quando voltar, possa comentar a nossa estrutura de formação de professores, que ainda é muito tradicional, muito fechada. Há a questão da leitura crítica do material produzido. O leitor precisa ter condição de fazer as suas leituras, as suas releituras, a sua crítica e, a partir daí, a sua própria construção.

Então, eu penso que é um tema que a gente está começando a debater e que a educação precisa muito enfrentar. Acho que se dá ainda pouca importância para a educação midiática.

Eu passo a palavra à Sra. Karla Skeff, Oficial de Projeto do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO, para as suas considerações.

**A SRA. KARLA SKEFF** - Muito obrigada pelo convite. É um grande prazer estar aqui.





A UNESCO trabalha para promover sociedades de conhecimento inclusivas. Em 2008, ela reuniu um conjunto de especialistas na sua sede em Paris para discutir o tema da alfabetização midiática e informacional — na verdade, essa tradução de alfabetização é um pouco polêmica, pois o termo original é *media and information literacy* —, já reconhecendo essa junção da informação com a mídia, uma plataforma muito unificada de todas as tecnologias.

E, ao discutir o tema, nós percebemos que ele vai para além das tecnologias. Na verdade, como o Prof. Claudemir estava falando, é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que são necessárias hoje ao cidadão, aos jovens, a todos, para filtrar esse volume imenso de informações e os diferentes meios por que elas chegam. Inclusive, a UNESCO defende muito a importância do papel das bibliotecas, dos museus, dos arquivos públicos como fontes primárias de organização da informação.

Então, promover uma ferramenta que pode ser utilizada, ao longo da vida, principalmente na escola, mas também em atividades extracurriculares, em locais formais e informais de formação e educação para a mídia e alfabetização midiática e informacional, é o que a UNESCO vem fazendo ao longo dos anos, coletando experiências em diversos países.

A UNESCO reuniu uma rede internacional de universidades — como, por exemplo, a USP, especificamente na ECA — que estudam o tema, que se mobilizam em termos de pesquisar e mapear experiências exitosas nos seus contextos em diversos países. Também reuniu especialistas para continuarem este debate, que é muito importante, principalmente pelo avanço das tecnologias, como disse a Professora Dorinha. É claro que o uso massivo do celular e da Internet, principalmente em países em desenvolvimento, é visto também como uma oportunidade de acesso à informação, à educação e à qualificação.

Ao longo desses 10 anos, a UNESCO produziu o currículo para formação de professores em alfabetização midiática e informacional e um conjunto de três publicações. Uma delas determina diretrizes e estratégias para a formulação das políticas nacionais. Outra publicação é o currículo, que pode ser usado, como o Prof. Claudemir falou, tanto como uma disciplina ou interdisciplinarmente, utilizando métodos, estratégias e abordagens pedagógicas em outras disciplinas. O terceiro instrumento, que não estava disponível, é a avaliação de como essas políticas e esse currículo estão sendo implementados.



Então, a UNESCO realmente defende, como o Prof. Claudemir falou, a ideia de um sujeito, um cidadão crítico, capaz de transitar nesse ecossistema com diversas plataformas, com um volume muito elevado de informações, de acessar e produzir essa informação de maneira ética, de maneira responsável, de maneira crítica, e de tomar suas decisões, o que favorece a liberdade de expressão.

A UNESCO defende a liberdade de expressão, porque, a partir do momento que o cidadão é empoderado e crítico, passa a ser mais seletivo e a exercer um controle social maior. Isso também favorece a liberdade de expressão, porque ele precisa de menos bloqueios externos, menos regulamentações externas e passa a ser mais ético, mais crítico e a saber filtrar o que é verdade, o que é mentira e o que convém disseminar. Como disse o Prof. Claudemir, de fato as tecnologias permitem a qualquer um produzir informação e disseminar informação.

Inclusive, esse tema é objeto de vários eventos que a UNESCO realiza no mundo inteiro, como em São Paulo e Lituânia, discutindo principalmente essa postura dos jovens diante da Internet, a maneira como muitos jovens são cooptados, produzem ou disseminam informação. Como disse o Prof. Claudemir, hoje fornecer ferramentas, habilidades e conhecimentos que permitam ao jovem produzir e disseminar informações de maneira mais responsável, mais ética, mais crítica, de fato, impede que ele seja cooptado ou manipulado.

Eu concordo que hoje os professores acabam assumindo diversos papéis na escola. Às vezes, pode não haver uma formação adequada para o uso da tecnologia, mas, ao mesmo tempo, ela permite diversos avanços. As experiências de conteúdos que são criados por professores, por alunos ou por professores em conjunto com alunos são muito exitosas na maior parte das vezes.

A UNESCO hoje reúne essa rede numa *clearing house*, que é como se fosse um observatório de experiências e práticas que estão sendo realizadas no mundo inteiro em diversas escolas e universidades. Isso nos permite avaliar que, considerando os riscos e oportunidades oferecidos pelas novas mídias, pelas mídias tradicionais ou pelas ferramentas de comunicação e informação nesse ecossistema, nessas plataformas cada vez mais unificadas, existem mais oportunidades do que riscos.

De fato, existem riscos, mas há como mitigá-los e fazer com que as oportunidades de informação, de formação, tanto para jovens quanto para adultos, prevaleçam. Eu repito: a alfabetização midiática e informacional, para além das tecnologias, é esse conjunto



realmente de habilidades, conhecimentos e atitudes. Diante da apropriação da tecnologia, deve-se passar a fortalecer e favorecer as oportunidades que ela traz.

A UNESCO de fato também fez o estudo de caso de diversas situações em que a tecnologia foi utilizada para favorecer a formação de professores, jovens e crianças, inclusive em áreas remotas, áreas rurais, oferecendo serviços de saúde, educação. Enfim, uma cidadania atuante, uma cidadania participante, é o que a UNESCO defende.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Agradeço à Sra. Karla Skeff pela exposição. Vamos ter oportunidade de continuar este debate.

Passo a palavra para a Presidente do Instituto Palavra Aberta, Sra. Patricia Blanco, pelo tempo regimental.

**A SRA. PATRÍCIA BLANCO** - Bom dia a todos. Bom dia, Professora Dorinha. Muito obrigada por nos proporcionar este encontro, este debate, tão pertinente para o momento que vivemos.

Sei de todas as concorrências que temos hoje aqui na Casa, mas reputo imprescindível discutirmos a questão da educação midiática informacional neste momento pós-eleição, uma eleição na qual foram tão questionados o papel das mídias digitais e da discussão política no ambiente digital e o impacto dessas discussões e desse debate na formação e no poder de decisão dos eleitores.

Queria cumprimentar os meus colegas e amigos aqui da Mesa, parceiros neste debate. Vejo que estamos muito alinhados com relação ao tema.

O Instituto Palavra Aberta é uma entidade que defende a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o livre acesso à informação. Eu gosto de resumir o tema da educação midiática na seguinte frase de uma especialista em educação midiática: "*News literacy is freedom*", ou seja, *media literacy* — educação midiática, alfabetização midiática, literacia midiática ou qualquer terminologia que se possa adotar para essa nova forma de educar — é liberdade, pois significa dar subsídios, instrumentos, ferramentas para que a criança, o adolescente e até mesmo nós adultos que nascemos num ambiente não digital, que não somos nativos digitais, possamos exercer melhor a nossa cidadania, exercer melhor o nosso direito à livre expressão.

O Instituto Palavra Aberta foi fundado em 2010, mas trata deste tema desde 2015. Tivemos oportunidade de conversar longamente com a UNESCO, com a USP, nas pessoas



do Prof. Claudemir, do Prof. Ismar Soares, também um grande especialista no tema, como também com o MEC, na pessoa do Raph, o Diretor de Currículos, com o qual estreitamos os laços até para tratarmos deste assunto.

Trouxe aqui uma rápida apresentação para contextualizarmos o momento que vivemos e o porquê da necessidade de discutimos este tema.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O Instituto Palavra Aberta, como eu disse, é uma entidade que nasceu em 2010, fruto da união de esforços de quatro entidades do setor de comunicação, com o objetivo de defender e promover a liberdade de expressão num contexto mais amplo, acreditando que só um país que tenha os direitos à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa consolidados pode exercer plenamente a sua democracia.

Falo um pouco sobre o contexto. Acho que tanto a Karla quanto o Prof. Claudemir colocaram muito bem isso. Há 10 anos — a Professora Dorinha falou sobre essa mudança — iniciava-se o Projeto Um Computador por Aluno. Hoje, o computador está aqui, na palma da mão. Quer dizer, cada um de nós tem um computador ambulante, com o qual divulgamos, produzimos, consumimos informação em tempo real, esteja ela colocada onde estiver.

Num domingo à tarde no ano passado, enquanto muitos assistiam a uma partida de futebol, à final de um campeonato em São Paulo, acontecia ao mesmo tempo — acompanhamos tudo isso — o plebiscito na Catalunha e aquele trágico incidente em Las Vegas, em que um atirador matou diversas pessoas que estavam no estacionamento de um hotel. Isso aconteceu em locais totalmente diferentes: em São Paulo, em Barcelona, em Las Vegas. Ao mesmo tempo, tudo está conectado, muitas vezes na palma da mão.

Essa mudança na forma como consumimos informação faz com que tenhamos necessidade de instruir essa criança, esse adolescente, que passam a ter acesso a informações sem nenhuma curadoria, sem nenhuma edição. Antes, na mídia tradicional, no jornal, na revista, uma curadoria das informações era feita pelo editor. À medida que vai sendo retirada essa intermediação, é preciso fazer com que eles tenham habilidades para diferenciar conteúdos, diferenciar formatos textuais, diferenciar o que recebem, para que tenham a própria opinião, a própria informação. Esse é o contexto nesse novo ambiente que traz tantas oportunidades, mas traz também alguns riscos.



O que é então educação midiática? Nessa convergência de mídias ou de espaços comunicacionais nos quais a informação se coloca, trata-se de fornecer habilidades e ferramentas para que o indivíduo possa exercer melhor sua cidadania, sua liberdade de expressão.

Por que é importante? Cito com frequência uma frase que está nesse currículo da UNESCO, que eu gosto bastante de usar. Nós o temos utilizado muito como uma obra de referência até para a formação de professores. Eu vou ler então essa frase fundamental da UNESCO:

*(...) desenvolver a compreensão crítica de como as mídias e a informação podem aprimorar a capacidade de professores, estudantes e cidadãos engajarem-se às mídias e usarem outros provedores de informação como ferramentas para a liberdade de expressão, o pluralismo, o diálogo e a tolerância intercultural que contribuam para o debate democrático e a boa governança.*

Só essa frase resume todo o processo de discussão que tivemos nos últimos 3 meses. Se tivermos essa educação estabelecida como algo que respeite a diversidade, a pluralidade, a opinião contrária, estaremos num ambiente democrático, onde vamos poder exercer bem essa nossa cidadania.

Pensando nisso, eu acho que o Brasil, por meio do MEC, teve uma atuação fantástica em adotar, em colocar — não sei como traduzir isso, Alice —, em incluir na Base Nacional Comum Curricular a competência do campo jornalístico midiático. Antecipando-se a toda essa discussão, elaborou uma política pública que já entra em vigor a partir de 2019, que trata justamente disto: dar competências e habilidades, desenvolver essas competências para que consigamos avançar nessa intermediação ou nessa educação para a cidadania. Eu acho que isso é fundamental. Cumprimento ao MEC por essa atitude. Em agosto, essa competência foi homologada. Acredito que a Alice vai poder falar um pouco mais sobre isso.

Para fortalecer essa competência, o Palavra Aberta tem feito esforços para auxiliar a formação de professores, fazendo com que essa competência chegue aos alunos. Nós fizemos uma parceria com a Fundação Vanzolini, de São Paulo, para desenvolver um curso rápido de noções básicas de educação midiática, de 30 horas, que será ofertado para professores. Estamos divulgando isso porque acreditamos que é uma forma de o professor



já chegar a 2019 com esse conhecimento em relação à educação midiática. Esse projeto tem apoio do Google e chama-se Educação Midiática. O *site* em que estará disponível é o [www.educamidia.org.br](http://www.educamidia.org.br), mas ainda está em construção. Tão logo o curso fique pronto, iremos divulgá-lo e dividi-lo com os senhores. O curso terá duração de 30 horas, será dividido em quatro blocos. O objetivo é fazer com que esse conhecimento prévio do que é a educação midiática chegue ao maior número de professores possível.

Esta imagem mostra um pouco onde se encaixa cada um dos módulos e as habilidades colocadas na BNCC. Neste quadro foram usadas letras pequenas, mas falarei rapidamente porque não quero demorar muito neste ponto. Vemos aqui também os objetivos: refletir sobre as práticas de linguagem; analisar a configuração dentro da BNCC e a maneira de traduzir isso de forma prática para o professor; e ampliar o letramento midiático e informacional das crianças e dos adolescentes que receberem esse curso.

Vemos nesta imagem todas estas bolinhas. Não sei se vão conseguir ler o que todas elas indicam. Eu quis trazer o que o Palavra Aberta tem feito quanto a este tema. Nós começamos essa discussão em 2016, tratando desse assunto e vendo de que forma o instituto poderia contribuir para a implantação e a melhoria dessa política pública. Desenvolvemos diversas ações. Quero destacar aqui duas delas. A primeira foi a parceria que fizemos com a Nova Escola. Na discussão do processo de combate a notícias falsas no ambiente eleitoral, no período eleitoral, decidimos fazer uma parceria com a Nova Escola para criar o Guia de Letramento Midiático, para combater as notícias falsas no período eleitoral. O sucesso foi imenso, porque o conteúdo foi bastante aprofundado. Ao mesmo tempo, porém, não tivemos tempo de fazer um plano de aula. Então, decidimos elaborar esse guia e disponibilizar conteúdos focados em como o professor poderia atuar, como o professor poderia levar esse assunto para a sala de aula. Foram apresentadas sugestões de exercícios, dicas de como falar sobre o tema em sala de aula.

Oito conteúdos foram produzidos pela equipe da Nova Escola. Foram disponibilizados gratuitamente no ambiente aberto do *site*. Houve, como eu disse, um engajamento fantástico. Houve ao todo, entre todas as redes sociais e de disponibilização, mais de 6 milhões de interações no ambiente da Nova Escola. O que vimos com isso foi que a discussão sobre esse tema é imprescindível neste momento, mas existe hoje, por conta de todo esse processo, carência de informação e de espaço para que possamos discutir ainda mais.



Por isso, acredito que é extremamente importante este momento que estamos vivendo, em que o risco causado pela desinformação no ambiente digital nos proporcionou uma oportunidade fantástica de trabalhar agora, de fazer com que consigamos efetivamente mudar o ambiente no qual estamos inseridos. Isso, para mim, é fantástico. Eu acho que temos de abraçar essa oportunidade e não deixá-la escapar, porque isso ocorre uma vez na vida. Então, vamos lá, vamos agarrá-la.

Estamos apoiando um congresso que também reputo extremamente importante, organizado pelo Prof. Claudemir. Ele não contou isso aqui porque é muito... (*Riso.*) Mas ele vai falar sobre isso depois. Esse congresso acontecerá entre os dias 12 e 14. O Prof. Claudemir, na coordenação da equipe, está reunindo nomes do mundo todo. Há mais de 700 inscritos já. Percebam o interesse que existe sobre o tema. Acredito que vá chegar justamente ao professor, àquela pessoa na academia que está estudando o assunto, para que possamos replicá-lo ainda mais.

Nós devemos lançar no início do ano que vem o que nós chamamos de *hub* de educação midiática, que tem o objetivo de reunir conteúdos já elaborados sobre o tema. Nós fizemos o mapeamento e descobrimos materiais fantásticos que estão dispersos. Então, queremos reuni-los numa única plataforma, para que as pessoas que queiram fazer pesquisas, que estejam interessadas no tema possam ter rapidamente acesso a isso. A nossa ideia é produzir conteúdos novos nos espaços onde não haja conteúdos já existentes. Por exemplo, nós detectamos que os pais são agentes extremamente importantes no processo de formação principalmente da educação digital dos seus filhos. A nossa ideia é produzir conteúdo para esse público também. Queremos reunir nesse *hub* a academia, que, como disse o Prof. Claudemir, já produz muita informação, muito conteúdo. Espero que esse possa ser um espaço onde conversemos sobre educação midiática informacional.

Também vamos participar, a convite do consulado americano, de um intercâmbio para conhecer centros de estudos em educação midiática informacional nos Estados Unidos. Aquele país, nessa corrida para combater a desinformação, já criou leis estaduais. Lá, o processo é um pouco diferente do daqui, mas alguns Estados já tornaram obrigatória a educação midiática informacional nos seus currículos. Também queremos aprender o que está sendo feito lá fora e trazer isso para cá, como disse a Karla. A UNESCO também é um parceiro extremamente relevante, tem acompanhado essas experiências internacionais, a





partir do GAPMIL — Global Alliance for Partnerships on Media and Information Literacy. Isso tem acontecido.

Nossa intenção, Deputada Dorinha, é fortalecer ainda mais essa rede de educação midiática informacional, principalmente para que esse adolescente, que já tem acesso a isso e já é um produtor de conteúdo, possa exercer plenamente a sua liberdade expressão de maneira ética, responsável, para que seja um grande agente de contribuição nesse ambiente democrático.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Espero que possamos continuar este debate, que é muito rico e muito importante para este momento.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Eu agradeço a participação da Presidente do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco.

Concedo a palavra à Sra. Alice Carraturi, Diretora de Formação e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação Básica, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, que dispõe do tempo regimental.

**A SRA. ALICE CARRATURI** - Bom dia. Agradeço o convite para participar deste debate. Falo em nome da SEB, da Profa. Kátia Smole e do Ministro Rossieli.

Gostaria de apresentar um pouco o que o Ministério da Educação tem feito a respeito da educação midiática. Nós não estamos alheios a isso. Acho que a educação, assim como toda a sociedade, é atravessada pelas novas tecnologias.

Passamos por algumas ondas da Internet, digamos assim. A primeira onda, a 1.0, foi a do acesso à informação. Foi muito difícil esse acesso quando a Internet surgiu, nos anos 90. Ficava difícil saber o que estava acontecendo no mesmo instante em Barcelona, no Japão e em algum país da América do Sul. Nesse momento, o papel do professor foi o de ensinar a buscar informação na rede. A onda 2.0, a segunda onda da Internet, foi justamente o momento do filtro da informação. Na verdade, falávamos em oceano de informações. Como então fazer a seleção? Este foi o papel do professor: ensinar a selecionar aquilo que estava disponível nesse oceano. Hoje estamos na terceira onda da Internet, que é a da autoria e do compartilhamento. O professor hoje deve ensinar a criticar a informação recebida. Não se trata só de filtrar, mas também de criticar aquilo que recebemos diariamente.



Sabemos que as novas tecnologias trazem novos problemas e até novas doenças. Nós não convivíamos com essa tecnologia tão fortemente como convivemos hoje. Hoje ninguém consegue descolar da extensão da mão, que é o celular. Na verdade, o celular, a tecnologia já é vestível. Estamos o tempo todo conectados, o que de fato traz novas questões para serem resolvidas, como o *cyberbullying*, as *fake news* e tantas coisas que surgiram com essas novas tecnologias.

Queria chamar a atenção para uma fala de Pierre Lévy que, de certa maneira, foi citada aqui pelo professor, a da consciência de rede. O que é consciência de rede? Até um tempo atrás, toda a memória cultural que a humanidade tinha estava em livros. Hoje ela está na rede. Nós somos responsáveis pela modificação dessa memória cultural. Então, tudo o que modificarmos hoje na rede será o que vai ficar de memória para as novas gerações. Isso é o que ele chama de consciência de rede. Temos que nos preocupar com aquilo que produzimos, compartilhamos ou aprovamos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O MEC, não alheio a todas essas questões, inclui a educação midiática na Base Nacional Comum Curricular. De que forma? Hoje temos dez competências básicas, que são as gerais, e essas competências básicas, ao fim e ao cabo, são definidas segundo o tipo de sujeito, o tipo de cidadão que a base prevê. Ela tem como pressupostos o fortalecimento da educação integral, a aprendizagem ativa e a inclusão de temas contemporâneos. Entre esses temas contemporâneos, a educação midiática se faz presente.

Falo agora das competências gerais, principalmente no caso do ensino médio, da base já aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Ela é dividida em áreas do conhecimento, em competências específicas de área, em competências específicas nos anos iniciais e finais. Vemos então neste organograma essa organização.

Em se tratando ainda de competências gerais, vemos nesta imagem quais são as competências desse cidadão do século XXI: utilizar e criar tecnologias digitais de informação; disseminar informações, produzir conhecimentos de maneira protagonista e responsável; argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis; negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns; sempre fazer a análise crítica daquilo que está sendo compartilhado. Isso já consta como competências gerais da BNCC.



As competências específicas estão divididas em todas as grandes áreas do conhecimento: ciências humanas; linguagens e códigos; matemática; e ciências da natureza. Todas essas competências específicas não deixam de citar a competência digital e a cultura na qual estamos inseridos, que é uma cultura também muito pautada naquilo que é disponível em formato digital.

Como já foi citado pela Patrícia, também existem habilidades que foram colocadas na BNCC justamente para atender essa educação midiática. Por exemplo, no caso de Língua Portuguesa, no ensino fundamental existem habilidades que foram previstas justamente para que se possa analisar, filtrar, selecionar e criticar o que está disponível tanto nas mídias digitais quanto em outras mídias. Principalmente nos anos finais do ensino fundamental, em que o aluno é capaz de fazer uma leitura mais crítica ou uma análise mais crítica daquilo que está disponibilizado, existem habilidades que estão disponíveis para serem desenvolvidas em sala de aula, relacionadas a mídia impressa, mídia digital, comparação, argumentação, fatos divulgados.

É interessante observar que, quando estávamos na escola, tudo o que estava escrito ou que saía na TV é que era considerado verdade. Hoje, não, precisamos fazer uma leitura crítica de tudo o que lemos ou vemos em livros, revistas, na TV ou em mídias sociais para sabermos se realmente aquilo é fato ou não. Nós não tínhamos essa preocupação quando estávamos nos bancos escolares. Considerávamos como verdade aquilo que estava no livro didático, aquilo que saía na televisão. Não que o fosse, mas nós não questionávamos em relação a isso. Agora temos que nos perguntar o tempo todo: será que é? Será que não é?

Este é um fato interessante, Deputada Professora Dorinha: no momento da implementação do UCA, eu estava na Secretaria de Estado de São Paulo e fomos a algumas escolas. Quando cheguei a uma das escolas em que fomos inaugurar, fazer um experimento inicial do UCA, uma menina de 10 anos pegou o computadorzinho e disse assim: *"Agora eu não preciso mais vir à escola"*. Foi muito interessante. Ela disse assim: *"Agora eu tenho o Google. O que eu vou vir fazer na escola?"* Então, é como se estivesse trocando uma coisa pela outra: *"Eu já tenho a informação disponível. Se eu levar o computador para casa, não preciso mais vir à escola"*. Este é um dos aspectos interessantes: ressignificar a escola neste momento em que, de fato, a informação está disponível, em que podemos encontrar qualquer coisa no Google.



Entretanto, como disse a Professora Dorinha também, nós ainda somos muito tradicionais na escola, tanto na formação do professor quanto na formação do aluno. Colocamos aqui as competências a serem desenvolvidas, sabemos que, de uma forma ou de outra, o professor também está inserido nesse mundo digital, é usuário de tecnologia, e temos conhecimento de que ele também sofre como qualquer pessoa com as *fake news*, ou com o *cyberbullying*, ou com tantas outras coisas, e que, de alguma maneira, ele tenta lidar com isso nas suas salas de aula. É claro que proporcionamos a ele formas de tratar essas novas questões que chegam à sala de aula.

Vou falar um pouco do histórico da BNCC: de 2015 a 2016, houve a primeira versão; em 2016, a segunda; em 2017, a terceira; e em dezembro ela foi aprovada. Esse foi um processo bem participativo.

Hoje o MEC tem algumas iniciativas de apoio à implementação da BNCC, a BNCC completa, não só os aspectos da educação midiática, em todo o currículo. O programa de apoio a essa implementação é liderado pelo Ministério da Educação, mas conta com a participação de todos estes organismos: a UNCME, a UNDIME, o Fórum Nacional de Educação, o CONSED.

Eu acompanho a implementação de políticas públicas há bastante tempo, e esta é a primeira vez em que vejo esse regime de colaboração se efetivar para a implementação de uma base nacional comum curricular.

Esta imagem indica a governança da implementação da base. De fato, é liderada pelo MEC junto com esses organismos que apresentamos anteriormente. Foram escolhidos os coordenadores estaduais de currículo. Esses coordenadores estaduais foram articuladores regionais do currículo do Estado, para que não houvesse 5 mil currículos. Foram escolhidos coordenadores estaduais para que coordenassem os projetos e os programas para a implementação do currículo, para a elaboração do currículo nos Estados, nos Municípios daquele Estado e, depois, na região. Há os redatores de currículo. Foram feitos gastos. Há um orçamento de mais de 100 milhões. Foram feitos mais de 70 encontros a distância, mais de 15 encontros presenciais. Menciono ainda materiais formativos, encontros presenciais de formação de todos os elaboradores de Estado. São 800 pessoas, porque os elaboradores estão relacionados a componente curricular, área, componente e etapa.



Em 2018, a proposta do Ministério da Educação foi auxiliar Estados e Municípios na elaboração dos seus currículos. Em 2019, a proposta é fazer a formação dos profissionais para a implementação dos currículos na sala de aula.

Isto é o que temos feito, o que já foi feito em outubro e novembro: consolidação da primeira versão da proposta de currículo do Estado; abertura da realização de consultas públicas em cada Estado; sistematização de seus resultados. Até o final do ano, esperamos que as propostas sejam aprovadas nos Conselhos Municipais e nos Conselhos Estaduais de Educação.

Esse programa teve 80% de adesão nos Estados, à exceção de Bahia, Pará e Rio de Janeiro.

A reelaboração dos currículos estaduais. Este é o panorama de como eles estão hoje. Seis foram entregues. Quinze estão fazendo a sistematização após consulta pública. Quatro Estados já estão realizando essas consultas públicas. Vejam que 3 mil Municípios participaram dessas consultas e 5 milhões de respostas às consultas públicas foram recebidas na plataforma da BNCC. Este é um mapa de como estamos hoje com a implementação da BNCC nos Estados.

Todos os programas do MEC estão sendo organizados a partir dessa BNCC. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático — PNLD e o Guia de Tecnologias Estaduais também já inserem as competências e as habilidades dispostas na BNCC. Neste ano, foram feitas novas versões, que já incluem nesses livros essas competências e habilidades.

Este é um exemplo de material didático. Estão ali indicados os objetivos, as habilidades e as competências que são desenvolvidas em cada unidade.

Falo agora sobre programas relacionados a materiais didáticos e apoio e o que fizemos em 2018. Além do Guia de Tecnologias Educacionais, foi criada uma plataforma chamada MEC RED, referente a recursos educacionais digitais. Existem mais de 30 mil objetos de aprendizagem ali. Foram parceiros, entre outros, a *TV Escola*, a Fundação Lemann. Essa plataforma vai integrar objetos de aprendizagem, formação de professores e uma biblioteca com todos os materiais digitais que o MEC produziu em todos os anos. Todos aqueles que foram possíveis de digitalizar vão ficar numa biblioteca aqui.



Nós temos também a AVA MEC, que é uma plataforma de formação de professores que Estados e Municípios podem utilizar e gerenciar. Também existem cursos disponíveis lá, que estão abertos a qualquer pessoa.

No que diz respeito a programas de formação, estamos elaborando para 2019 esses cursos de formação para implementação da BNCC. Nós estamos preparando e vamos entregar agora em novembro uma base de formação de professores. Nós vamos lançar edital sobre didáticas específicas para instituições pesquisadoras, bem como programas de formação específicos por etapa de ensino. Esses programas de formação têm como público-alvo os professores por etapa e por componente.

Nós vamos lançar também a Escola do Adolescente, que é uma proposta diferente do que vem acontecendo. O MEC e todas as políticas normalmente focam o início ou o fim da escolaridade, ou seja, a alfabetização ou o ensino médio. Então, os anos do sexto ao nono são chamados por algumas pessoas de anos esquecidos, porque não existe programa específico para eles. Vamos deixar esse projeto, chamado de Escola do Adolescente, que, além de levar em conta a implementação da BNCC, vai ter um formato diferente, vai considerar, na formação de professores e de gestores escolares, quem é o adolescente, como ele aprende, como ele participa. Esse projeto dá esse protagonismo para esse adolescente que está nas escolas.

Nós estamos fazendo essas trilhas de formação. Essas trilhas de transformação incluem uma nova metodologia, uma nova abordagem dos conteúdos curriculares, porque não adianta formar, reformar, informar e ensinar sempre do mesmo jeito. A ideia é que possamos proporcionar a esses professores cursos de formação e trilhas de formação, em que eles possam usar novas metodologias para ensinar de maneira diferente aquilo que o aluno precisa aprender. Trata-se também de saber quem é esse público com que eles estão conversando, quem é o jovem, quem é o adolescente, quem é a criança no mundo de hoje.

Isso tem a ver também com educação midiática. Essa geração é digital, já nasceu com o celular na mão. Cada vez mais vemos crianças e até bebês com celular na mão. Os próprios pais incentivam a criança a ter essa distração. Não sabemos ainda quais serão as consequências. Existem alguns estudos da neurociência que dizem quais têm sido as transformações nas sinapses, quais têm sido as mudanças no cérebro e na forma de aprender dessas crianças por conta do uso dessa tecnologia. Estamos descobrindo também como essa nova geração digital aprende. Nós já sabemos que não aprende do



mesmo jeito que aprendemos. Estamos estudando bastante, estamos vendo todos os estudos que estão sendo feitos no Brasil e fora do País sobre como essa criança, esse adolescente e esse jovem aprendem, a partir da imersão nas tecnologias digitais desde muito cedo.

Fico à disposição para responder qualquer pergunta que surja neste debate.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Agradeço as contribuições da Sra. Alice Carraturi, representante do Ministério da Educação.

Foram finalizadas as exposições. Nenhum outro Parlamentar está presente. Vou falar como autora, embora já tenha feito uma exposição inicial. Depois a palavra voltará aos integrantes da Mesa, para que apresentem as suas considerações finais.

Eu quero lembrar que outras pessoas foram também convidadas, como a Profa. Rosalia Duarte, do Grupo de Pesquisa Educação e Mídia da PUC do Rio; o Sr. João Alves dos Reis Júnior, do *Canal Futura*; o Sr. Ismar Soares, responsável pela revista *Comunicação & Educação*; e a Sra. Regina Alcântara de Assis, da Diretoria de Educação, Comunicação e Cultura da *TV Escola*.

Logicamente, este é um debate que deve continuar, em virtude da importância do tema. Nós agradecemos de maneira muito especial as contribuições aqui manifestadas.

Eu gostaria de pedir que, na medida do possível, seja colocado que esta Casa discutiu de maneira exaustiva o Marco Civil da Internet, que trouxe elementos importantes e que também está em processo de implantação e de efetivação no nosso País e nas diferentes estruturas de comunicação.

Acho que é muito importante essa ideia da alfabetização midiática além da tecnologia, porque, em diferentes momentos, acabamos caminhando para uma confusão, como se elas fossem sinônimas. É o nosso maior desafio, principalmente para nós que lidamos com educação como instrumento, lembrando-nos do aluno em sala de aula. Mas vamos lembrar que o que acontece no espaço da escola não se limita à escola. É diferente. Em muitas situações, não existe uma família que não tenha alguém no espaço da escola. Muitas vezes, pais, filhos, a sociedade inteira está nesse processo de construção.

A Profa. Alice falou sobre a questão da verdade, do fato, do livro didático. O livro didático era inquestionável, às vezes, inclusive os que continham erros. Essa relação era relativamente simples, quanto às verdades do livro didático. Hoje, nós temos a necessidade





de trabalhar com a verdade, com o fato e ainda com a abordagem dessa verdade, desse fato e do olhar, que não é neutro em relação à verdade e ao fato. Que verdade é essa? Como é que algo se transforma em verdade? Quanto ao fato, como eu faço essa leitura? E há a resignificação do papel do professor, do papel da escola, dessa construção.

Eu sou Relatora do projeto — poderíamos pensar, talvez, que não tem nada a ver — sobre educação domiciliar. Na verdade, é uma resignificação desse papel da construção, o papel da escola, o papel da socialização no espaço formal escola. Ao mesmo tempo, há que se ter o reconhecimento de outras possibilidades na área de educação, na relação entre ensino e aprendizagem, quanto ao papel do professor, do que estamos falando.

Há a insegurança do professor ao lidar com essa questão da educação, da comunicação, da mídia, das novas informações. Um projeto ainda não foi aprovado. Ele veio para ser votado, e foi retirado de pauta. Trata da proibição do uso do celular no espaço da educação, da escola, da universidade, do ensino. Logicamente, o debate foi acalorado. Não se quer negar o uso do celular, da mídia, as novas relações em espaços de educação. Trata-se de considerar como podemos e devemos nos preparar para lidar e aproveitar essa riqueza, que é irreversível. Há toda essa tarefa de trabalhar com a questão da formação.

Eu acho que esse é um desafio. Esta Comissão precisa e pode ajudar nessa provocação junto à UNDIME, ao CONSED, à ANDIFES, ao próprio Conselho Nacional de Educação, que, a partir da definição da BNCC, no caso do fundamental e logicamente do médio, vai rever suas diretrizes de formação de professores. As diretrizes não dão conta do que está colocado frente às novas bases curriculares. Essa relação precisa ser resignificada. Está difícil relação precisa ser reconstruída, a do professor com a educação continuada. Há a sua formação inicial, mas também a formação continuada.

Eu entendo que esse é um espaço extremamente rico, e tem que ser enfrentado principalmente pelos sistemas de ensino, mas não só por eles, também pelo Conselho, por esta Casa e pelo espaço de construção e de debate. Por isso, houve a proposta de realização desta audiência pública e a ideia de continuidade deste debate, que, acredito, ainda está muito cru nesta Casa e até no espaço dos sistemas de ensino — às vezes, é até periférico.

Foi esse um dos objetivos deste trabalho. Acredito que a Comissão deve continuar esse debate e, quem sabe, fazendo esse apelo para o Ministério da Educação, como indutor de política pública, nessa fala com o Conselho Nacional e com os Conselhos Estaduais de



Educação. Acima de tudo, eu venho sempre reforçando a preocupação com as instituições formadoras, no seu papel tanto na formação inicial quanto na continuada, mas não só elas, logicamente.

Tem a palavra o Prof. Claudemir, professor do curso de Licenciatura em Educomunicação da USP, para que faça as suas considerações finais.

**O SR. CLAUDEMIR EDSON VIANA** - Obrigado.

Dando sequência as apresentações que foram feitas, eu gostaria de destacar três pontos rapidamente. Um é conceitual. Nós já falamos aqui, por exemplo, de *fake news*, leitura crítica, leitura de mundo. A questão nós já falamos aqui, por exemplo, de *fake news*, leitura crítica, leitura de mundo. A questão das *fake news* hoje está na onda, mas há um outro conceito que demonstra como é importante promover a educação midiática, que é o conceito de mundo editado. Nós vivemos num mundo editado por inúmeros agentes sociais que constroem a sua mensagem, a sua interpretação da realidade, a partir de vários aspectos, do seu interesse, de onde fala, para quem fala, com que objetivos.

Vejam que não se trata apenas de ser capaz de detectar mentiras e verdades, mas de ser capaz de perceber que a mensagem é resultado desse processo de edição por parte daqueles que a produzem. E assim se dá também por parte daqueles que interpretam aquela informação. E o fazem a partir da sua cultura, do seu contexto social. Esta é uma percepção da complexidade do processo: quando se tem esse conceito de entender que o mundo é editado e entender como ele é editado, para que você consiga também ser um sujeito mais crítico e consciente para lidar com aquela mensagem, independente de ela ser mentira ou verdade. E, mesmo que seja verdade, é preciso reconhecer que se trata de um recorte, de um recorte feito, que merece ser percebido que recorte é esse, até para que eu, como cidadão, tenha o meu direito de saber desses processos e entendê-los, para lidar com eles de forma cidadã, e não só de forma pessoal e individual, mas em relação aos usos que eu posso vir a fazer daquilo na sociedade. Então, este é um conceito, acho, que mais justifica a importância de um estudo em torno da educação midiática, seja no ensino formal, seja em outros contextos, como projetos sociais, projetos culturais.

O segundo ponto que eu queria também destacar, aproveitando a apresentação da Alice sobre a Base Nacional Comum Curricular, é um estudo que fizemos sobre a base, focando a questão da comunicação. É nosso interesse, a partir da comunicação, perceber como a comunicação está sendo tratada pela Base Nacional Comum Curricular. E pudemos



notar a importância que a educação midiática passou a ter na base. A base realmente foi um grande avanço, uma evolução muito importante no nosso histórico de políticas públicas voltadas à educação midiática. Através dessa política pública, a escola é levada a entender essa comunicação não como algo que concorre com ela, não como algo que não diz respeito ao seu contexto, muito pelo contrário. Temos na Base Nacional Comum Curricular, um pouco mais de 80 vezes, a menção à comunicação ou a meios de tecnologias como tema a ser abordado pelo professor.

No entanto, notamos também quanto isso reforça ainda mais a demanda por uma formação continuada e também por uma formação inicial desse professor. Isso porque ali, na maior parte das vezes, são mencionadas situações em que o uso acaba sendo ainda muito instrumental, até mesmo pela própria limitação que o professor e a escola têm de ir além disso. É um estágio extremamente importante, mas que requer, para que ele se qualifique, todo o cuidado dessa política pública de oferecer essa formação para o professor. Por exemplo, poderiam levar adiante nas licenciaturas e nos cursos de Pedagogia a orientação e os subsídios para que esse assunto entre na formação desses pedagogos e desses professores de todas as licenciaturas. Esse é um exemplo de como incidir na estrutura curricular do ensino superior.

Na formação continuada, poderiam continuar oferecendo aos professores meios de atualização, inclusive para que eles consigam avançar nesses usos que aparecem sugeridos na Base Nacional Comum Curricular. Por exemplo, no primeiro ano do ensino básico, os alunos poderiam sair fotografando o seu espaço. Depois, com essas fotos, os professores poderiam estabelecer um processo de discussão, de debate, de reflexão e de pesquisa com os alunos sobre esse contexto. Esse é um exemplo bastante interessante. Isso representa a presença da Base Nacional Comum Curricular na educação, com a utilização dessas ferramentas, desses instrumentos, dessas tecnologias de comunicação e de educação.

No entanto, para que o professor possa levar o processo para uma abordagem mais ampla, complexa e aprofundada, ele também precisa estar capacitado para isso, ele precisa de uma capacitação continuada, porque sempre há mudanças em termos de tecnologia, de linguagens, de mídias e de fatos sociais decorrentes disso. Então, a Base Nacional reforça muito a necessidade não só de a temática estar presente na educação formal, mas também a de se dar condições aos educadores e às instituições de promoverem esse avanço.



Ainda quanto ao terceiro ponto, quero aproveitar a deixa que a Patrícia me deu e citar aqui o II Congresso. Vocês, que estão com celular e estão acompanhando, podem acessar o II Congresso Internacional de Comunicação e Educação e o VIII Encontro Brasileiro de Educomunicação, que é um exemplo dessa ação de promover para os profissionais da educação, da comunicação e de outras áreas a oportunidade de acesso ao que há de mais atual em termos de pesquisas e também de projetos.

Eu quero forçar o convite — quem puder participar, ótimo! — para o congresso, que acontecerá entre os dias 12 e 14 de novembro, na semana que vem, na USP, na Escola de Comunicações e Artes. Já temos quase mil pessoas inscritas, Patrícia. Para vocês terem uma ideia, serão apresentados 236 trabalhos que foram escritos no Brasil e na América Latina. Esses trabalhos representam experiências práticas, não são só pesquisas, em torno da educação midiática em vários contextos: na escola, fora da escola, na saúde, na segurança pública, no meio ambiente, enfim, em várias áreas de interesse social. Áreas essas em que a educação midiática e a educomunicação promovem ampliação e aprofundamento de conhecimentos não só sobre aquela área temática, mas também sobre a comunicação e as tecnologias presentes nesses processos, que dizem respeito ao cotidiano da comunicação e da educação e àquele tema trabalhado, como o meio ambiente, segurança, saúde e assim por diante.

Além desses 236 trabalhos, vamos receber 15 especialistas da África, da Europa, da América do Norte e do restante da América Latina. Isso mostra como nós estamos participando de um movimento que é mundial, que tem essa rede fortalecida há algum tempo e que se fortalece cada vez mais frente a essa demanda. A demanda da sociedade dá conta não só do acesso e da presença desses meios de tecnologias, mas também dos tipos de usos que fazemos ou não fazemos, dos que não deveríamos fazer, do que devemos inibir e daqueles que nós devemos promover. Veja: isso demanda educação em todos os seus sentidos.

Então, fica o convite para o II Congresso, que também será transmitido pela Internet. Acho que seria uma boa oportunidade de os interessados terem noção da importância que essa temática vem tendo há algum tempo, sobretudo neste momento em que nós estamos, no mundo todo, e quanto já existe, no Brasil, de produção científica, de experiências, muitas delas exitosas, que precisam ser conhecidas, até para que elas sirvam de referência para



a criação de outras situações a serem multiplicadas igualmente pelo Brasil afora, no nosso caso.

Então, Deputada, eu parablenizo toda a Câmara, bem como V.Exa. pela iniciativa de trazer essa temática e por dar sequência a essa reflexão, para que possamos enxergar melhor que passos e atitudes precisam ser tomados para que isso avance.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Muito obrigada.

Passo a palavra à Sra. Karla Skeff, Oficial de Projeto do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO.

**A SRA. KARLA SKEFF** - Muito obrigada.

Para a UNESCO, a educação midiática informacional é, de fato, a defesa de direitos humanos fundamentais, acesso à informação. E, como a Alice disse, não é apenas acessar a informação, mas, principalmente, tornar-se um criador, um inovador de conhecimento também.

De novo, eu vou falar do currículo, porque ele está disponível em dez línguas, inclusive em português, na página da UNESCO, para quem quiser acessar.

Quero apenas destacar que, para a UNESCO, esse trabalho é complementar a um conjunto de iniciativas que fortalecem sociedades do conhecimento inclusivo, que é o Programa Informação para Todos. E destaco também o nosso compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que é uma agenda não apenas da UNESCO e das Nações Unidas, mas de todos os países que estavam lá para construir aqueles objetivos, que, para nós, significam não deixar ninguém para trás. Não deixar ninguém para trás é assegurar o acesso à informação e ao conhecimento e que o hiato digital não esteja presente em nossa sociedade, em nosso País.

Era apenas isso.

Obrigada pelo convite.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Como foi econômica, Karla. (*Risos.*)

Passo a palavra à Sra. Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta.

**A SRA. PATRÍCIA BLANCO** - Também serei econômica, Deputada. (*Risos.*)



Na verdade, eu queria realmente agradecer esta oportunidade e dizer que para nós, do instituto, é extremamente importante e relevante o envolvimento desta Casa nesse tema da educação midiática.

Nós iniciamos essa discussão aqui em maio deste ano, em uma conferência legislativa sobre liberdade de expressão, que abordou o tema da educação midiática informacional, na qual a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende teve uma brilhante participação.

Iniciamos, então, esse processo que eu vejo que não tem volta. É um caminho que temos de seguir, que não tem volta. Nós, do Palavra Aberta, defendemos ativamente que proibir não resolve. O que resolve é educar: educar para a cidadania, educar para o acesso à informação, educar para o pleno exercício da democracia e para o exercício da liberdade de expressão, que é a expressão máxima desse processo democrático.

Então, nós acreditamos que a educação midiática e informacional vem suprir essa lacuna de conhecimento, para que possamos utilizar essas ferramentas e esse ambiente digital tão rico, tão importante, que não sairá mais das nossas vidas — que isso fique muito registrado —, de forma ética, responsável. Espero que consigamos realmente aproveitar. Olha como é maravilhoso termos acesso à informação daqui, de onde nós estamos, de qualquer lugar do mundo e de qualquer ambiente. Hoje acessamos, como a Karla colocou, bibliotecas, que são repositórios de conhecimento, no mundo todo, a partir do celular.

Esse espaço de interação com o mundo que a tecnologia nos propicia tem que ser plenamente utilizado, de forma que consigamos tirar o melhor proveito dele, minimizando, cada vez mais, os riscos e deixando cada vez mais intensas as oportunidades que esse ambiente nos oferece.

Por isso, Professora Dorinha, agradeço imensamente esta oportunidade. Espero, em nome do Palavra Aberta, ter contribuído e também continuar contribuindo para que esse debate continue forte e aceso dentro desta Casa.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - Muito obrigada, Presidente Patrícia Blanco.

Vou passar a palavra agora à representante da SEB/MEC, Profa. Alice Carraturi.

Antes, eu queria só fazer uma sugestão formal, porque muitas vezes o debate e todo o trabalho feito pelas instituições e pela área acadêmica acabam esquecendo de envolver



o gestor de educação. Eu fui secretária quase 10 anos. No meu espaço da universidade, eu sempre recebia a comunicação desse trabalho, mas, normalmente, existe uma separação grande entre a área de gestão, secretarias estaduais e municipais e esta Casa. Então, eu queria sugerir que os convites do próprio encontro internacional pudessem vir para cá, quando fossem encaminhados ao CONSED e à UNDIME, pois é quem, de verdade, está com a mão na massa.

Muitas vezes, as universidades estão isoladas nos seus Estados, no seu espaço de formação, não têm nem relação de proximidade, e o debate acaba acontecendo de maneira muito rica, mas a influência diretamente no espaço da escola demora a chegar. Logicamente, toda a produção do conhecimento, das pesquisas vai chegar à sala de aula. Um exemplo foi esse trabalho da BNCC que rapidamente foi incorporado na construção. Nós ganhamos tempo.

Então, quero sugerir essa conversa mais rápida com a UNDIME e com o CONSED e lembrar que o material, os livros didáticos também vão ser reformulados. O envolvimento do Ministério Educação, do CONSED e da UNDIME garante uma rapidez maior, porque o tempo para essa influência chegar ao espaço direto da escola é longo — da mudança do livro didático, da mudança na formação de professores e da gestão dos sistemas. O ano letivo começa em janeiro na maioria dos sistemas municipais e estaduais. Logicamente, é muito mais uma provocação para quem tem pressa de que a mudança chegue ao espaço da escola.

Então, eu passo a palavra à Sra. Alice Carraturi, para as suas considerações finais e encerramento.

**A SRA. ALICE CARRATURI** - Todo mundo sabe, então, que a gestão do Ministério se encerra agora em dezembro. Entretanto, o Ministro Rossieli Soares quer deixar no Conselho Nacional de Educação uma BNCC do professor.

O que essa BNCC do professor, que estamos chamando de Base Nacional Comum Curricular de formação de professores, está propondo de novo é, para além das competências e habilidades requeridas na própria BNCC do ensino fundamental e, futuramente, do médio, que se tenha uma visão sistêmica de formação. O que é essa visão sistêmica? A cada política pública normalmente ela é focada em um aspecto. E o que nós estamos tentando dizer é o seguinte: é preciso ter uma visão sistêmica da formação do





professor, da formação inicial à formação continuada, o plano de carreira e avaliação ao longo da carreira.

O que nós estamos propondo, então? Fazer com que, em relação à competência e às habilidades, a partir da Base Nacional Comum Curricular e a partir das competências do século XXI, a formação inicial tenha algumas diretrizes para a construção de currículo. Assim como ocorre com a Base Nacional, cada universidade depois vai construir seu currículo a partir dessa base nacional de formação de professores.

A formação continuada, muitas vezes — eu vou repetir as palavras de Bernardete Gatti —, é o supletivo da formação inicial. Por quê? Nós esperamos que o professor na formação inicial saiba ensinar matemática, química, física ou biologia. Quando ele chega à sala de aula, nós percebemos que ele de fato não aprendeu a ensinar aquilo para o qual ele se matriculou. Aí o que a formação continuada faz? Ela ensina o professor a ensinar. Então, a partir do momento em que eu mudo a formação inicial, conseqüentemente eu vou mudar a formação continuada, eu não posso olhar para uma coisa sem olhar para a outra. O MEC, como indutor de políticas públicas, tem muito mais fortemente atuação sobre a formação inicial. Em relação à formação continuada, o MEC pode induzir essas novas políticas, entretanto quem executa as ações são os Estados e Municípios — o MEC não tem rede de educação básica.

A proposta que nós temos é a de pensar na formação inicial assim: ela estar vinculada a um ENADE específico de licenciaturas, ela estar vinculada à residência pedagógica e, também, ela dar diretrizes à prova nacional de ingresso. E, na educação continuada, que é dos Estados e Municípios e de conselhos municipais e estaduais, a proposta que nós temos é a de haver um plano de carreira que também seja subsidiado por esses referenciais de formação docente, para o desenvolvimento, plano de carreira e avaliação ao longo da carreira.

Essa visão sistêmica está sendo desenhada e vai ser deixada no conselho nacional para audiências públicas a partir de novembro, que é o tempo que nós temos para fazer isso. Temos conversado com várias instituições e várias pessoas que trabalham com formação inicial e continuada.

Também, a ideia é deixar uma proposta de novas DCN de curso de Pedagogia — o curso de Pedagogia, todos nós sabemos, não tem atendido à demanda da escola — e tentar diminuir a distância entre as instituições formadoras e a escola. Para isso, a



residência pedagógica é um bom marco, assim como o referencial de formação. Tanto na formação inicial quanto na continuada têm que haver o vínculo entre a universidade e a rede de ensino.

Essa é a proposta que essa gestão do MEC vai deixar para futuras audiências públicas.

Muito obrigada pelo convite. Espero ter podido contribuir aqui também.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) - A Comissão é que agradece a todos os palestrantes pela brilhante contribuição nesse debate.

Antes de encerrar os trabalhos, eu agradeço a presença a todos e convido os Parlamentares para reunião deliberativa ordinária amanhã, 7 de novembro, às 10 horas, neste plenário, para tratar dos itens da pauta.

Mais uma vez, obrigada a todos pela presença e participação.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)